




ARTIGO

## MODELO SEMÂNTICO PARA QUALIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA TEMÁTICA ACESSIBILIDADE

### *Semantic model for qualification and recovery of the theme accessibility*

Maíra Quintela Maia

Bacharel em Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, [mairaqmaia@yahoo.com.br](mailto:mairaqmaia@yahoo.com.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-0716-9901>

Renato Rocha Souza

Doutor em Ciência da Informação, Fundação Getúlio Vargas, [rsouzaufmg@gmail.com](mailto:rsouzaufmg@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-1895-3905>

#### Como citar este artigo (ABNT):

MAIA, Maíra Quintela; SOUZA, Renato Rocha. Modelo semântico para qualificação e recuperação da temática acessibilidade. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, p. 1-12, 2023. DOI: 10.35699/2237-6658.2023.42255.

Recebido em: 26/12/2022.

Aprovado em: 18/05/2023.

Publicado em: 26/05/2023.

Acesso Aberto 

**Copyright:** Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Internacional.

**Financiamento:** Não há.

**Conflito de interesses:** Os autores declaram que não há conflito de interesses.

**Declaração de Disponibilidade dos dados:** Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

## RESUMO

A regulação enfrenta desafios do ponto de vista da recuperação de informações. Por regra geral, essas legislações são organizadas cronologicamente. O Instrumento de Avaliação de Cursos apresenta as diretrizes que qualificam os cursos superiores. Assim, a temática da acessibilidade é tratada de forma transversal neste recurso e, por vezes, o seu conceito fica mal compreendido por questões de abrangência equivocada do termo. A Ciência da Informação e seus estudos com foco na descrição intelectual da informação, do conhecimento e de suas especificações de busca são importantes pilares para a reflexão proposta neste estudo: haveria um instrumento capaz de organizar o conhecimento de forma semântica, representando a sua transversalidade e aumentando a sua recuperabilidade? O objetivo desta revisão bibliográfica é encontrar esse instrumento. Dessa forma, foram selecionados 14 documentos para leitura integral resultando na sugestão do tesouro como ferramenta de organização e representação do conhecimento, por ser um sistema estruturado de relacionamento entre termos.

**Palavras-Chave:** tesouro; recuperação da informação; acessibilidade.

## ABSTRACT

Regulation faces challenges from the point of view of information retrieval. As a general rule, these laws are organized chronologically. The Course Evaluation Instrument has the guidelines that qualify higher education courses. The theme of accessibility is dealt with in a transversal way in this instrument and sometimes its concept is misunderstood due to the wrong scope of the term. Information Science and its studies focused on the intellectual description of information, knowledge and its search specifications are important pillars for the reflection proposed in this study: would there be an instrument capable of organizing knowledge in a semantic way, representing its transversality and increasing its recoverability? The objective of this bibliographic review is to find this instrument. Fourteen documents were selected for full reading, resulting in the suggestion of the thesaurus as an instrument for organizing and representing knowledge, as it is a structured system of relationship between terms.

**Keywords:** thesaurus; information retrieval; accessibility.

## 1 INTRODUÇÃO

Refletindo acerca da acessibilidade e de sua transversalidade durante um processo avaliativo de curso de graduação, pontua-se a importância do uso de um instrumento de organização e representação do conhecimento para uma recuperação com maior precisão, flexibilidade e uniformidade, sempre considerando possibilidades relacionais.

O volume de conhecimento constante nas legislações do ensino superior é grande, e o seu sistema de recuperação e busca não é semântico. Algumas associações, como a ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, publicam edições consolidadas de todos os atos legais, incluindo índice remissivo por assunto. No entanto, apesar de o Plano Nacional de Educação não sofrer tantas revisões, a forma de regular suas diretrizes muda constantemente, e, em decorrência disso, todo o arcabouço legal também é afetado, invalidando e tornando desatualizadas publicações dessa natureza.

As políticas educacionais são norteadas pela Constituição Federal (1988) a partir do seu artigo 206: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios [...], garantia de padrão de qualidade”. Para isso, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que se propõe a analisar e melhorar a qualidade de cursos e Instituições de Ensino Superior – IES.

Para iniciar a oferta de um curso de graduação, a IES precisa solicitar a autorização junto ao MEC. Após o protocolo de autorização de um curso, realizado pelo Procurador Institucional – PI, e as respectivas análises e aprovação da documentação pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, o curso estará apto a receber sua avaliação in loco, sendo esta regida pelas diretrizes do Instrumento de Avaliação.

Entre as temáticas abordadas em uma avaliação de curso superior, a acessibilidade tem sido uma constante preocupação tendo em vista a necessidade de melhorar e tornar acessíveis os parâmetros e os serviços que democratizam as oportunidades e os acessos das pessoas com deficiência.

A Lei nº 13.146/2015 institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e traz que acessibilidade é a possibilidade de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e suas tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público, privado ou coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Ao longo do Instrumento de Avaliação, a temática da acessibilidade é tratada de forma transversal em vários indicadores, nas suas três dimensões, mas muitas vezes seu conceito fica mal compreendido por questões de abrangência equivocada do termo, ou pela própria natureza perpendicular à qual ele é submetido nas instâncias acadêmicas e no processo avaliativo dos cursos. Os Procuradores Institucionais, que preparam e acompanham as avaliações in loco, junto aos demais responsáveis pedagógicos da IES (docentes, coordenadores de curso e demais núcleos), encontram desafios no momento de localizar essa temática regulatória, e com isso podem recuperar informações limitadas ou incompletas sobre o assunto. Isso pode acarretar sanções penais ou administrativas, segundo a Lei nº 13.146/2015, na medida em que a educação especial é um direito constitucional, resguardado a todo estudante desde a educação infantil até o ensino superior (BRASIL, 2015).

Inúmeras pesquisas têm sido desenvolvidas, especialmente no campo da Ciência da Informação, com o objetivo de refletir sobre grandes volumes de conhecimento disponíveis e suas formas de organização. A dificuldade de localizar conhecimento em ambientes digitais é conhecida, e a melhoria dos processos de recuperação através do uso de sistemas de organização do conhecimento já faz parte de vários estudos desde o século XIX, mais intensamente a partir de 1960.

Os sistemas de organização do conhecimento ganham muita repercussão ao longo dos anos, especialmente com os fenômenos do Big Data e dos grandes acervos digitais. O desafio de organizar e representar o conhecimento disponível traz numerosos problemas, sobretudo em relação à padronização terminológica, à eliminação de ambiguidade, ao controle de sinônimos ou quase-sinônimos e ao estabelecimento de estrutura semântica entre os conceitos do domínio.

Tendo em vista o exposto, aventurar-se na reflexão da temática acessibilidade dentro do instrumento de avaliação é importante para a amplificação da sua recuperabilidade, na medida em que qualifica o instrumento regulatório e seu respectivo processo avaliativo de curso de graduação. Sendo assim, busca-se a seguinte reflexão: existe um instrumento de organização de conhecimento que consegue, de forma semântica, representar esse conhecimento em sua transversalidade para aumentar sua recuperabilidade?

Com base nas questões apontadas, o objetivo deste trabalho é encontrar um instrumento capaz de propor a melhoria na recuperação do conteúdo regulatório de acessibilidade disposto no

Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância, através do uso de uma ferramenta de organização do conhecimento.

## 2 MÉTODOS

Este estudo tem abordagem bibliográfica, pois foi desenvolvido “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos” (GIL, 2008, p. 50). É também qualitativo, na medida em que “não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar”, e toda a análise “depende da capacidade e estilo do pesquisador” (GIL, 2008, p. 175).

As etapas da pesquisa foram as seguintes:

- Inicia-se este trabalho com um planejamento que envolve a orientação da pesquisa. Nesta etapa, revisa-se o objetivo, a fim de definir fontes científicas relevantes para a coleta de dados. Neste momento reflete-se também a dinâmica de recuperação e organização dos trabalhos consultados para sua posterior seleção/tratamento.
- Na sequência tem-se a definição das fontes científicas: bases de dados da área de Ciências Sociais Aplicadas e Gestão do Conhecimento e repositórios multidisciplinares. São eles: SciELO, Portal Capes, EBSCO e Biblioteca Digital do IBICT.
- Após a definição das fontes, inicia-se o trabalho de pesquisa/coleta de literatura científica. Com esse intuito, foi definida uma estratégia de busca que se inicia com a seleção de termos gerais, específicos e alternativos que pudessem contribuir para a escolha de documentos relevantes do ponto de vista técnico. Os conceitos gerais selecionados para compor essa busca foram: organização do conhecimento, representação do conhecimento, sistemas de organização do conhecimento e tesouros. Após a aplicação da primeira busca, foram localizados 58 documentos que passaram por uma nova estratégia técnica composta por um conjunto de palavras (descritores, assuntos, palavras-chave), sinais e filtros de pesquisa, logicamente organizados por operadores booleanos que culminaram na localização de 14 documentos para leitura completa e análise, conforme observa-se nos resultados e na discussão a seguir.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para fins de esclarecimento conceitual, é importante afirmar que informação não é conhecimento, e conhecimento não é dado. No entanto, o conhecimento é a informação devidamente tratada e capaz de mudar o comportamento do sistema (CARVALHO, 2012). E, apesar de esses conceitos não fazerem parte dos objetivos propostos nesta pesquisa, eles serão importantes niveladores de conteúdo.

O conhecimento vem sendo preservado há anos a partir de várias técnicas e metodologias de organização propostas pela Ciência da Informação – CI. A CI se ocupa de estudos grandiosos acerca da Organização e da Representação do Conhecimento, e, mesmo que alguns autores façam a distinção entre Organização do Conhecimento e da Informação, como Hjørland (2008), de certa forma há também uma afirmação da relação intensa entre os dois campos teóricos (DAHLBERG, 1978), no que tange o esforço de se representar o conhecimento de forma temática.

O “conhecimento é um modo, uma maneira de compreender o mundo e explicá-lo atribuindo-lhe significado” (MACHADO; BARBOZA; PACHECO, 2015, p. 9). Sob esse ângulo, originalmente, a palavra “conhecimento” em grego é gnose e, em latim, cognitivo. Ou seja, em ambos os casos, conceitualmente, o vocábulo traz uma ideia de noção, ou de estar ciente. De algum modo, “isso pode nos indicar que conhecimento é uma técnica para aprender, ou apreender a realidade” (MACHADO, BARBOZA; PACHECO, 2015, p. 11).

De forma geral, o conhecimento existe em uma amplitude de atributos e dimensões que dependem de um processo de organização para que seus aspectos subjetivos se tornem mais consistentes do ponto de vista de técnicas e metodologias. Ademais, em função da quantidade de informações geradas atualmente, é importante analisar o conhecimento sob outros aspectos: i) atualidade; ii) relevância; iii) disponibilidade e iv) clareza. Isso porque, de acordo com Vieira (2016, p. 9), para que o conhecimento exista, é necessário que ele seja externalizado de forma organizada e estruturada.

No âmbito da organização do conhecimento, Medeiros e Café (2008, p. 6) sinalizam que a representação do conhecimento é vista como “estruturas que são utilizadas para construir ou representar o mundo, de maneira que o conhecimento possa ser usado em diferentes aplicações, de forma manual ou de forma inteligente”. Isso ocorre porque, durante o processo, “a representação construída não se restringe ao conhecimento expresso por um autor, ela é fruto de um processo de

análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar” (MEDEIROS; CAFÉ, 2008, p. 6).

Retomando o objetivo deste estudo – encontrar um instrumento de recuperação de informação –, há que se pensar no desafio de recuperar o conhecimento nos atos regulatórios – que não apresentam esquemas de classificação ou indexação. A organização do conhecimento assume importante papel nesse propósito, e junto a ela se unem os esquemas de representação do conhecimento para que, de forma sistêmica, seja possível aumentar a recuperabilidade do conhecimento regulatório no domínio estabelecido nesta pesquisa.

A representação do conhecimento sempre foi uma preocupação do ser humano. Criar metodologias e estratégias para armazenar e recuperar informação é notadamente uma inquietação de profissionais bibliotecários, arquivistas, museólogos ou outros que dedicam seu tempo e trabalho a organizar o conhecimento. De forma geral, no âmbito das discussões da representação do conhecimento na Ciência da Informação, “representar o conhecimento é um esforço de materializar o que ocorre na mente humana e na dinâmica do conhecimento, cuja estrutura e funcionamento ainda significam enorme desafio para a comunidade científica” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 34).

Como exploramos anteriormente, a organização e a representação do conhecimento são articuladas e contextualizadas no âmbito da Ciência da Informação. São teorias que se conjecturam como fundamentais em um sistema de organização do conhecimento para fins de ampliação de recuperabilidade. Alvarenga (2003, p. 23) considera que, para ocorrer uma representação do conhecimento consistente, é necessária a utilização de sistemas de organização que compreendam e tentem “descrever as características do documento, refletindo sua origem e conteúdo, facilitando sua recuperação”.

Há que se refletir sobre uma delimitação conceitual importante que distingue Representação da Informação (RI) e Representação do Conhecimento (RC). Enquanto na primeira, tratada por Alvarenga (2003, p. 22) como representação primária, “os produtos finais são constituídos de conceitos sobre os seres, formando o conhecimento, conceitos mais ou menos intensamente detalhados, codificados através de uma linguagem simbólica”, na segunda, definida por Alvarenga (2003, p. 22) como representação secundária, os mesmos conceitos “constantes dos registros primários são sucintamente identificados em seus elementos constitutivos fundamentais,

escolhendo-se os pontos de acesso fundamentais que garantem a representação desse conhecimento (documento) para fins de futura recuperação”.

Alinhado ao objetivo desta pesquisa, pressupõe-se que a representação do conhecimento de acessibilidade constante no instrumento regulatório de avaliação de cursos de graduação compreende um processo cognitivo, já que a acessibilidade é um tema transversal na educação superior e na comunidade acadêmica. Portanto, entende-se que representar a acessibilidade em um sistema de organização do conhecimento, para além de suas estruturas hierárquicas e semânticas, é essencial. A acessibilidade é transversal no instrumento de avaliação no momento em que ela cruza a maioria dos indicadores do instrumento de avaliação, com suas nuances e seus espectros, constando na metodologia, na comunicação e em instrumentos pedagógicos digitais ou não, além de perpassar pelas atitudes da comunidade acadêmica e ter reflexos na infraestrutura física e educacional.

A organização e a representação do conhecimento são articuladas e contextualizadas no âmbito da Ciência da Informação. São teorias que se conjecturam como fundamentais em um sistema de organização do conhecimento para fins de ampliação de recuperabilidade. Alvarenga (2003, p. 23) considera que, para ocorrer uma representação do conhecimento consistente, é necessária a utilização de sistemas de organização que compreendam e tentem “descrever as características do documento, refletindo sua origem e conteúdo, facilitando sua recuperação”. Para Maculan (2015, p. 125), esses sistemas seriam “tradicional instrumentos de organização e representação do conhecimento” no qual se é possível expressar “a estrutura conceitual utilizada para descrever e representar os fenômenos do mundo”.

Para além das discussões teóricas sobre organização e representação do conhecimento, “desenvolver sistemas de classificação significa estabelecer o sistema conceitos/termos a serem usados na indexação, na recuperação e no acesso/índice. Estas devem conter uma sintaxe, notação (no caso das tabelas), bem como a terminologia de acesso ao sistema” (GOMES, 2009, p. 69).

No âmbito deste estudo, e para corroborar com a discussão sobre o instrumento que possa qualificar a recuperabilidade da temática acessibilidade nas avaliações de curso de graduação, aborda-se de forma enumerativa e muito breve as características dos Sistemas de Organização do Conhecimento – SOC para abranger a abordagem conceitual em torno desses instrumentos:



- (a) Sistemas de Classificação Bibliográfica: “esquema controlado e estruturado de conceitos; estes apresentam-se distribuídos sistematicamente de forma lógica em classes, organizados do geral para o particular, em níveis sucessivos de subordinação hierárquica” (SIMÕES, 2011, p. 144).
- (b) Listas de Cabeçalho de Assunto: “são elaborados a partir de palavras simples ou compostas escolhidas, muitas vezes, a partir do conteúdo do documento, buscando descrever com alguma precisão os diversos assuntos” (GUINCHAT; MENOUE, 1994, p. 144).
- (c) Taxonomias: “um vocabulário hierárquico utilizado para classificar (ou categorizar), organizar, navegar, pesquisar e/ou filtrar qualquer tipo de conteúdo em ambientes de rede, como websites, intranets, portais e wikis” (ABNT, 2011, p. 67).
- (d) Tesouros: são instrumentos que estabelecem um vocabulário controlado capaz de padronizar a terminologia de um tema/área e representar conceitos por meio de um termo que será indexado e utilizado no processo de recuperação da informação (SOERGEL, 1974).

Após as discussões epistemológicas, conceituais, tipológicas e características dos SOC, no âmbito da organização e da representação do conhecimento, e atentos à importância de um bom e evoluído sistema de organização multifacetado, falaremos um pouco mais do tesouro como instrumento para a compreensão semântica de um campo de assunto e o aumento da recuperabilidade do conhecimento.

Em 1950, um pesquisador alemão da área de Biblioteconomia, Ciência da Informação e da Computação – Hans Peter Luhn – utilizou o termo “tesouro” para nomear seu sistema de palavras. Luhn percebeu, em sua criação, que uma lista alfabética não era suficiente para recuperar todo o conhecimento em torno de um conceito. Ele concluiu que o relacionamento entre as palavras era essencial para trazer confiabilidade e solidez em uma estrutura hierárquica de recuperação de informação.

Nos anos de 1960, os tesouros continuam sendo tratados como listas alfabéticas de palavras, e, somente nos anos de 1970, através da Unesco, houve uma definição mais próxima do que se espera de um tesouro, baseando seu significado em sua i. estrutura: “um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente cobrindo um domínio específico do conhecimento”; e ii. função: “um dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa linguagem do sistema” (CAMPOS, 2006, p. 351).

Considerando que os tesouros são vocabulários controlados usados no processo de organização e representação de conteúdos, é importante salientar a importância do controle terminológico aos quais os termos são submetidos durante o processo construtivo de um tesouro. Afinal, o sucesso de um sistema de organização de conhecimento depende de sua estruturação lógico-semântica sobre o domínio em questão.

Para ter consistência e colaborar na recuperação da informação, o tesouro precisa ser construído com apoio de um guia ou de uma norma técnica. Na Norma ANSI/NISO Z39.19 (2005), que trata das Diretrizes para Construção, Formato e Gerenciamento de Vocabulários Controlados Monolíngues, há indicação de uso do tesouro para cinco finalidades:

- Tradução: Fornecer um meio para converter a linguagem natural de autores, indexadores e usuários em um vocabulário que pode ser usado para indexação e recuperação;
- Consistência: Promover a uniformidade no formato do termo e na atribuição de termos;
- Relacionamentos: indicam relações semânticas entre os termos;
- Recuperação: Servir como um auxílio de pesquisa na localização de objetos de conteúdo;
- Navegação: Fornece hierarquias consistentes e claras em um sistema de navegação para ajudar os usuários a localizarem os objetos de conteúdo desejados.

Toda a informação regulatória sobre acessibilidade constante no Instrumento de Avaliação serve de subsídio para a preparação de um processo avaliativo de curso de graduação. Ademais, essa temática regulatória tem grande relevância na contribuição da prestação de serviços educacionais e cumprimento de diretrizes legais.

Aliado ao desafio de localizar um tema transversal no instrumento de avaliação, o tesouro apresenta-se como um interessante instrumento de organização e representação do conhecimento. Além de ser um sistema classificado e estruturado por meio de uma lista de relacionamento, ele busca estruturar termos que descrevem um documento com a especificidade necessária à sua recuperação em um determinado contexto de busca.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um processo avaliativo de curso de graduação, há um grande desafio de localização de termos/conceitos/diretrizes regulatórias. Além do volume de legislações que abrangem o processo de avaliação, compreender e interpretar a regulação e suas nuances é um tanto complexo. De todos os temas, especificamente a acessibilidade tem uma estrutura transversal em sua

constituição e aplicabilidade. Encontrar um instrumento capaz de propor a melhoria na recuperação desse conteúdo regulatório é essencial.

O objetivo deste trabalho é encontrar um recurso capaz de propor a melhoria na recuperação do conteúdo regulatório de acessibilidade disposto no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância, através do uso de uma ferramenta de organização do conhecimento. A pesquisa, de abrangência qualitativa e bibliográfica, buscou fundamentos teóricos necessários para traduzir a proposta almejada. Junto a esses alicerces, reuniram-se procedimentos metodológicos importantes e, após uma breve discussão, concluiu-se que o tesouro poderia ser o instrumento capaz de atender aos objetivos propostos.

As constatações levantadas após a leitura de autores e fontes relevantes da área da Ciência da Informação demonstraram a grande capacidade de o tesouro ser capaz de cumprir o papel de representar o conhecimento em um domínio. O fato de esse sistema de organização do conhecimento ser estruturado a partir de relações hierárquicas, associativas e de equivalência exerce papel fundamental nessa escolha, já que a acessibilidade enquanto domínio atravessa transversalmente todo o eixo do instrumento de avaliação e precisa ser abordado em sua completude durante as avaliações dos cursos.

Não houve uma intenção de verificar a viabilidade do uso do tesouro como instrumento, portanto, não há nenhuma menção ou teste que demonstre ou evidencie razões para sua utilização. O foco foi refletir a respeito de uma ferramenta que pudesse ser adotada em esferas e instâncias regulatórias – especialmente no âmbito de avaliações de curso superior, considerando a grande relevância desses processos para o ensino superior no Brasil.

Para o futuro, espera-se que este trabalho i. inspire outros autores a discutirem de forma pragmática a construção dos tesouros como grandes aliados da legislação regulatória; ii. motive novas provocações e estudos sobre a eficiência do uso de tesouros na ampliação da recuperabilidade de informações no ambiente regulatório; e, por fim, iii. amplie a temática e a discussão da organização e da representação do conhecimento na Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 8, n. 15, p. 18-40, 2003.

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020].
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2015.
- CAMPOS, M. L. A. *et al.* Estudo comparativo de softwares de construção de tesauros. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1. jan./abr. 2006.
- CARVALHO, F. C. A. **Gestão do conhecimento**. São Paulo: Pearson, 2012.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, 1978. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 8 jun. 2022.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, H. E. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119303>. Acesso em: 09 ago. 2022.
- GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994. 540 p.
- HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.
- HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authorities files**. Washington, DC, the Council on Library and Information Resources. 2000.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-1: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1 - thesauri for information retrieval**. Genebra: ISO, 2011.
- LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. **Organização e representação da informação e do conhecimento**. Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, v. 248, p. 21-48, 2012.
- MACHADO, J. A. L.; BARBOZA, S. G.; PACHECO, M. E. C. **Teoria do conhecimento**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2015.
- MACULAN, B. C. M. S. **Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesauro: remodelagem do THESAGRO**. 2015. 343 f. (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- MEDEIROS, M. B. B.; CAFÉ, L. M. A. Organização da informação ou organização do Conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 9., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.
- STANDARS, N. I. S. O. Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies. 2005.
- SIMÕES, M. G. **Classificações bibliográficas: percurso de uma teoria**. Coimbra: Almedina, 2011.
- SOERGEL, D. **Indexing languages and thesauri: construction and maintenance**. Los Angeles, CA: Wiley, 1974.
- VIEIRA, R. M. **Gestão do conhecimento: introdução e áreas afins**. Rio de Janeiro: Interciência, 2016.